

# “Mosteiro de Santa Clara e judiaria: dois espaços de religião na cidade de Évora – Portugal”

MONTEIRO, Maria Filomena Mourato,  
Departamento do Centro Histórico,  
Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora

TERENO, Maria do Céu Simões,  
Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora

*Resumo* — A fundação em Évora do antigo Mosteiro de Santa Clara data de 1452 tendo sido de iniciativa do Bispo de Évora D. Vasco Perdigão. A sua localização em construções arruinadas, pertencentes a antigo Paço, teve a particularidade de o situar no principal eixo urbano da cidade medieval e imediatamente anexo à área reservada à judiaria, separado dela apenas pela “Rua de Alconchel”, atual Rua Serpa Pinto. A localização escolhida para o mosteiro cumpriu os parâmetros da época mas também terá possivelmente tido subjacente a proximidade do espaço urbano judaico. Já em época posterior a edificação das três torres de fresco do cenóbio, prática comum em todos os mosteiros femininos urbanos, permitiu às monjas uma observação nítida de todo o antigo espaço então já habitado por cristãos novos e demais população cristã.

*Palavras-chave; Património, Religião, Urbanismo.*

## I. MONASTERY OF SANTA CLARA AND THE JEWISH QUARTER: TWO SPACES OF RELIGION IN THE CITY OF ÉVORA – PORTUGAL

*Abstract* — The foundation in Evora of the old Monastery of Santa Clara dates from 1452 and was initiated by the Bishop of Évora D. Vasco Perdigão. Its location in ruined buildings belonging to the former palace, had the particularity of placing it in the main urban axis of the medieval town and immediately annexed the area reserved for the Jewish quarter, separated from it only by "Street of Alconchel" current Rua Serpa Pinto. The location chosen for the monastery fulfilled the parameters of the time but also has possibly had underlying the proximity of the Jewish urban space. Already in later age the construction of the towers of the monastery for nuns to catch fresh air, common practice in all urban female monasteries. The nuns were allowed one clear observation of the space around the former Jewish quarter then already inhabited by Christians and other new Christian population.

*Keywords; Heritage, Religion, Urbanism.*

## II. LOCALIZAÇÃO E ANTECEDENTES

Évora foi dominada durante quase doze séculos por diferentes povos com culturas e origens muito díspares: romanos vindos do Mediterrâneo, godos do Norte da Europa e por último, no ano de 715, por muçulmanos oriundos do Norte de África (Fig. 1).



Figura 1. Península Ibérica. Localizações de Évora.  
Mapa do século XVII.

Durante todos estes séculos o povo judeu, embora sempre em minoria, habitou igualmente esta cidade.

A religião cristã foi introduzida na urbe durante o período de ocupação romana assumindo protagonismo e práticas diferenciadas de acordo com a crença religiosa dos diferentes ocupantes.

Em 1166 Évora foi conquistada aos mouros, e entregue a D. Afonso Henriques (Fig. 2).

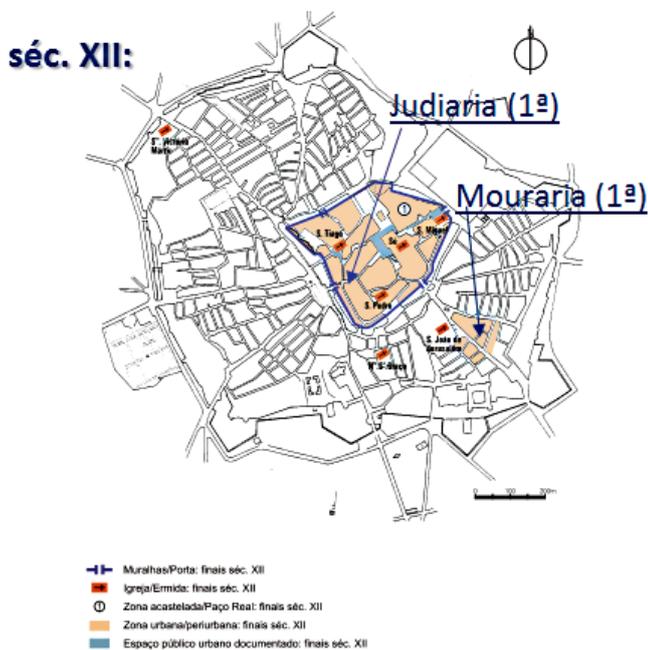


Figura 2. Évora. Judíaria e Mouraria. Localização no século XII.

A população recém-chegada cristã instalou-se no interior da urbe amuralhada. No exterior formou-se o Arrabalde muçulmano, e pouco depois a Judíaria, ainda como zona de expansão de importante eixo comercial (atual Rua 5 de Outubro) e área envolvente à Igreja de S. Pedro, locais onde os judeus possuíam diversas “tendas”.

Estes dois novos espaços, inicialmente apenas zonas de expansão urbanas passaram contudo a constituir espaços fechados a partir do ano de 1214 quando, no 4º Concílio Tridentino, foi regulamentado que cristãos, mouros e judeus passassem a viver em espaços separados.

Em Évora constituem-se os espaços fechados da Mouraria e da Judíaria<sup>1</sup>. Em 1309 existia separação nos poderes de julgar nas três comunidades religiosas da cidade demonstrando

<sup>1</sup> Remonta contudo só a 1285 a primeira referência escrita que se conhece a nível da toponímia eborense associando o povo judeu à cidade. Assim é escrito em documento “...à Porta Nova dos Judeus”. Em 1286 o mesmo acesso é já designado por “porta da cidade com ponte” e no ano seguinte por “Porta dos Judeus sob a ponte”. Em 1292 esta mesma porta é referida simplesmente por “Porta Nova dos Judeus”, ou “Porta Nova”, demonstrando a importância socio económica dos judeus na cidade. Esta abertura na muralha romano goda que limitava o primitivo núcleo amuralhado ligando fazia ligação com o amplo espaço que à data seria a atual Praça de Giraldo, dava simultaneamente acesso ao espaço da Judíaria já na altura constituído como zona cerrada desde o ano de 1214.

alguma autonomia<sup>2</sup>. Essa situação manteve-se, e acentuou-se, pois que no ano de 1361 a concorrência económica que as duas minorias de judeus e mouros, representavam para a população cristã, assim como a liberdade de movimento que estes informalmente ainda possuíam, levou o povo a solicitar ao rei D. Pedro a concretização efetiva do encerramento dos dois espaços de minorias religiosas.

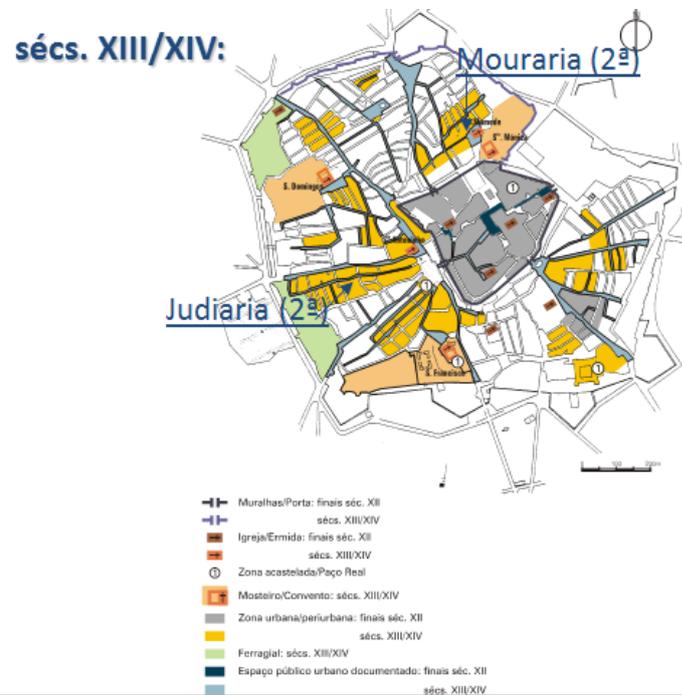


Figura 3. Évora. Judíaria e Mouraria. Localização nos séculos XIII e XIV.

A área municipal, entretanto ocupada pela comuna judaica de Évora, tornou-se demasiado pequena logo nos finais do século XIV para a crescente população que aí habitava (Fig. 3). Assim, as autoridades judaicas entraram em negociações com o concelho da cidade, e proprietários das casas próximas, para ampliar a área da judíaria. Após acordo prévio, pediram a D. João I, no ano de 1408, que ratificasse os novos limites propostos, alegando que não existiam na judíaria habitações vagas, ou estavam a atingir um preço exorbitante, pelo que muitos judeus partiam para outros lugares do reino e Castela<sup>3</sup>. A nova área de expansão ficou definida, sendo a comuna judaica responsável por fazer as novas portas assim como fechar as ruas, garantindo o pagamento total das obras em

Gabriel Pereira refere em documento que em Évora “...os judeus e mouros em feitos de Almotaxaria respondem perante os juizes d’ella, nos feitos crimes entre judeus, ou entre mouros, respondem os judeus perante seu (rabino...), os mouros perante o seu alcaide”. PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1998.  
<sup>3</sup> Afonso Carvalho, *Da toponímia de Évora – Séc. XV*, vol II, edição Colibri, p.157.

causa através dos habitantes da Judiaria que contribuiriam para essas despesas, consoante os respetivos rendimentos<sup>4</sup>. Durante o século XV grande quantidade de pessoas vindas de paragens longínquas, através de muitas das famílias nobres residentes em Évora, e da própria corte, conferiam novamente à cidade uma vivência multirracial e cultural.

Verificou-se que no início deste século a nova área urbana já estava totalmente amuralhada e os antigos *Arrabaldes* integravam plenamente a estrutura urbana. Os espaços vazios vão sendo progressivamente ocupados e a malha urbana densificada. Por razões de defesa permaneceram os espaços livres anexos à recém-construída muralha. Essas áreas seriam aproveitadas simultaneamente como locais de pastagem para o gado que ficasse no interior do recinto amuralhado.

As cercas das casas religiosas constituem-se como reservas de terrenos livres de edificações. A área fechada da judiaria foi progressivamente sendo consolidada a nível construtivo<sup>5</sup>.

Em finais do século XV o espaço da cidade encontrava-se já totalmente ocupado, embora com densidade construtiva variável de acordo com a maior ou menor proximidade dos centros do poder então vigentes na cidade (Figs. 4 e 5).

As áreas ocupadas pelos complexos religiosos cristãos (S. Francisco, S. Domingos e St<sup>a</sup>. Mónica fundados durante os séculos XIII e XIV, St<sup>a</sup>. Clara, Paraíso e S. João Evangelista, mais conhecido por Loios, durante o século XV) vão foram sendo cada vez menores nas fundações mais recentes. Quanto à área adstrita à judiaria ela estava densificada obrigando posteriormente a sucessivos alargamentos da zona à data delimitada<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Em 1296 a Judiaria situa-se entre a Rua do Raimundo e a Rua Serpa Pinto e rodeada no extremo pela Antiga Rua da Palmeira, local de boas terras e bastante água, como aliás ainda hoje se pode comprovar pela existência de nora e tanque.

<sup>5</sup> "...qu se abra a porta da judiaria na Rua do Tinhoso e se feche a travessa do quanto da rua vay sair na rua d' Alconchel em direito da casa de Lourenço Periz da Rosa e deu lhe por judiaria essa rua ataa outra travessa seguinte onde 'sta o forno da ponte e que hise çarrarse contra a rua d' Alconchel; e deu lhe mais outra travessa que entesta na casa de Joham Afomso, dito Romaão, e que hi seja carrada; item, lhe deu outra travessa onde tem atafona Rodrigo Alvarez, marido de Maria d'eira boa e que seja hua porta na rua direita e a travessa em diante onde mora Meen Delgado que vay direita a Palmeira e que hy se ponha a porta de carnaçaria da judiaria em essa rua direita que entesta em huu pardieiro que hi sta e foi pellomem...". Foram examinados vários contratos respeitantes à zona designada por judiaria nova, portanto junto à Palmeira, a qual pertencia na sua totalidade ao cabido e aos bacharéis da Sé, "intercaladas com algumas casas régias e municipais...". Cf. TAVARES, Maria José, *Os Judeus...*, ob. cit., pp. 55 e 56.

<sup>6</sup> Em 1408 – Bairro da judiaria – Ampliação da judiaria e sua demarcação: "...hiam muitos judeos pera os regnos de Castella e pera outras partes por nom poderem morar em a dita judaria e pediro nos por mercee que lhe alargássemos mais a dita judiaria e lhe dessemos pera ella algumas ruas darredor [...] e que aa dita comuna prazia de çarrarem e faserem s portas aas custas todollos judeus em igualdança segundo os bées ouverem [...] e os judeus que de fora vierem pudessem achar em que morarem [...] primeiro mandou tirar a porta da judiaria que sta em a rua do Tinhoso e mandou que se çarrasse a travessa do canto da rua que vay sair na rua d' Alconchel em direito da casa de Lourenço Pires da Rosa e deulhe por judiaria essa rua a uso ataa outra travessa seguindo onde sta o forno da ponte e que hi se çarrasse contra a Rua d' Alconchel, e deulhe mais outra travessa que entesta na casa de [...] e que hi seja carrada. Item deulhe mais outra travessa onde tem atafona [...] e que seja feita hua porta na rua direita e a travessa em diante onde mora [...] que vai

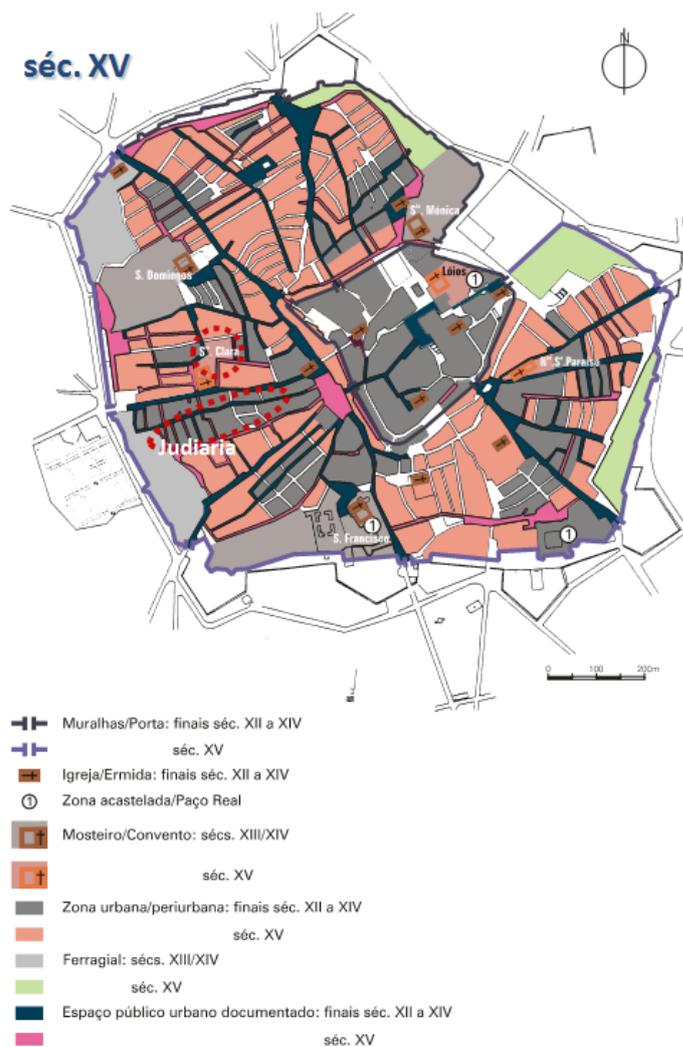


Figura 4. Évora. Espaços religiosos cristãos e judiaria. Criação de espaço urbano no séc. XV. Reconstituição sobre planta da cidade, do séc. XIX.

direita à Palmeira, e que hy se ponha a porta d carulçaria da judiaria em essa rua direita que entesta em hum pardieiro [...] nós mandamos que sejam assy çarradas em a Judaria...". Repartidas assim as ruas seriam "cerradas em judiaria, as portas do tapar das ruas seriam efetuadas à custa da comunidade". Também em 1408 referência: "casas em que mora na rua do Raymundo com uma rua cavada que se chama de Santa Maria, como parte com a judiaria [...] e entesta na parte da judiaria, e sai a rua do Raymundo...". Cf. PEREIRA, Gabriel, *Documentos ...*, ob. cit., p. 223.



Figura 5. Évora. Eixos condicionadores do crescimento da Judiaria.

Em 1496, em Estremoz, D. Manuel promulga a lei, apenas um ano apenas após ter sido entronado, que obriga ao batismo a todos os judeus e mouros ou à saída do país no prazo máximo de um mês<sup>7</sup>.

### III. O ESPAÇO CRISTÃO DO MOSTEIRO DE ST<sup>a</sup>. CLARA E O ESPAÇO DA JUDIARIA

Entre 1265 e 1268 o papa Clemente IV “regulou” a distância a haver entre conventos e mosteiros da mesma Ordem, ou de Ordens diferentes, passando esta a ser de aproximadamente 500 metros. Com a densificação das cidades esta distância rapidamente passou na prática para metade. No núcleo urbano de Évora após as fundações de três complexos religiosos cristãos durante os séculos XIII e XIV (dois conventos masculinos e um mosteiro feminino, este último com grande adesão da população mais humilde) foi instituída, já a meio do século XV, nova casa religiosa feminina de clausura.

Desta vez a iniciativa parte da Igreja, e a fundação do novo mosteiro mendicante, sujeito à Regra de St<sup>a</sup>. Clara direciona-se para as classes mais elitistas da sociedade<sup>8</sup>.

A 5 de Dezembro de 1496 – Decreto que expulsa todos aqueles que não aceitaram ser batizados. Os judeus e mouros são expulsos de Portugal. Na altura de expulsão, habitam em Santarém cerca de 400 casas e judeus, o que poderá equivaler aproximadamente a 1600 indivíduos. (Tavares, Maria José Pimenta – Os judeus em Portugal no século XV, p. 55).

<sup>8</sup> A sumptuosidade que atingiu, indiretamente resultante deste novo clausulado, deveu-se contudo maioritariamente à ação benemérita da nobreza, que nos meados do século XVI aumentou grandemente o património desta casa religiosa. A escolha que recaiu sobre este local, por parte de D. João de Castro, para aí constituir jazigo de família, é um exemplo desses benefícios. Em 1598 este fidalgo decidiu, e concretizou através de escritura pública de doação e obrigação, escolher o chão da capela-mor da igreja clarissa como local de descanso eterno.

Em Évora, foi fundado o Mosteiro de Santa Clara, no ano de 1452<sup>9</sup>, programado logo no início para oitenta monjas, seis anos após a coroação do muito jovem rei D. Afonso V, e por iniciativa do então bispo de Évora D. Vasco Perdigão, que para isso facultou na Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto) algumas construções arruinadas, pertencentes anteriormente ao Paço dos Falcões.

Numa década em que o país, através do seu rei, se empolgava com o derradeiro espírito cruzado, voltado desta vez para o bem próximo Norte de África, os dinheiros, quer públicos quer da nobreza, canalizavam-se, voluntária ou forçadamente, sobretudo para tal empreendimento.

As construções doadas, e à data sem condições de habitabilidade, mesmo para as monjas, só passados sete anos foram entregues à Segunda Ordem de S. Francisco, que, devido às diminutas verbas de que dispunha, só passados mais cinco anos é que concretizou a construção e consagração do primitivo templo<sup>10</sup>.

Tendo sido o primeiro mosteiro feminino institucionalmente fundado de raiz no núcleo urbano de Évora foi, logo desde o início, refúgio espiritual de diversas aristocratas que encontravam neste espaço condições de proteção e de recolhimento espiritual anteriormente inexistentes na urbe.

Em quatrocentos e cinquenta e um anos, tempo que decorreu entre a data de fundação e a morte da última religiosa aí residente, muita foi a influência que esta casa religiosa exerceu na população, em especial na feminina, que aqui permaneceu em clausura durante muitos anos das suas vidas. O espaço reduzido que esta casa monástica inicialmente ocupou influenciou contudo de sobremaneira todo o espaço envolvente pois foi justificativo para desestruturar todo um antigo e importante eixo radial de circulação interior, truncado para viabilizar um diminuto aumento na área da cerca monástica. Obviamente que tal marca, no tecido urbano de então, só foi possível devido à influência direta ou indireta dos benfeitores. As famílias nobres que queriam aí colocar as suas damas igualmente teriam todo o interesse na ampliação das diminutas instalações que condicionavam de maneira incontornável o número de religiosas. As monjas, pertencentes a famílias nobres, igualmente partilhavam de tal interesse considerando que teriam maior facilidade em introduzir na vida religiosa familiares, mais ou menos próximas, que lhe proporcionariam um apoio no interior da clausura, mas também em determinadas épocas menos rigorosas uma pequena corte de serviços. Obviamente que, com o espaço ampliado as condições de clausura foram melhoradas permitindo uma área livre complementar do claustro. Foi contudo esta a única casa religiosa eborense que se permitiu concretizar uma intervenção tão marcante no espaço público, condicionando-o até hoje. Os votos de pobreza, obediência e castidade professados pelas monjas clarissas, a par da clausura, foram valores fundamentais para genericamente se estruturar, e desenvolver, a vida nesta comunidade religiosa em meio urbano.

<sup>9</sup> A primeira comunidade eborense da Segunda Ordem Franciscana foi fundada, no mínimo, duzentos e vinte e oito anos após a fundação aqui, do primeiro convento masculino franciscano. Igualmente trinta e um anos após a integração forçada, da comunidade de “beatas”, que viviam perto de S. Mamede, na Ordem de Santo Agostinho, sob a proteção de Santa Mónica. Vigorava na cidade de Évora uma população religiosa feminina preponderantemente organizada em pequenas comunidades, sem subjugação a regras religiosas aprovadas e que contavam com a devoção popular, predominantemente feminina.

<sup>10</sup> Doações avultadas foram efetuadas pelo bispo sucessor, D. Jorge da Costa, assim como pela realza. Contudo, algumas das rendas atribuídas a esta fundação foram posteriormente desviadas para o mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, situado fora da urbe eborense, dificultando, e mesmo atrasando aquelas obras. Só com o bispo D. Afonso, filho de D. Manuel, é que no ano de 1533 se põe fim ao assunto das anteriores doações, feitas ao mosteiro das clarissas. Sobre o assunto: FIALHO, Pe. Manuel, *Évora...*, ob. cit., p. 317.

Figuras como D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela, sobrinha e jovem noiva do rei português D. Afonso V, aqui encontraram acolhimento temporário condigno<sup>11</sup>.

Este mosteiro de Clarissas possuiu, inicialmente, um património muito parco, quando foi habitado pelas primeiras monjas, no ano de 1459. Contudo, o seu poder económico avolumou-se com muitos dos bens para aqui transferidos quando o Convento de S. Francisco de Évora, em 1513, se reformou na “regular observância”. Por sua vez, quando o Mosteiro de Santa Clara passou da claustra à observância, em 1535<sup>12</sup>, veio a tomar posse dos restantes bens, que tinham revertido do Convento de S. Francisco, aumentando assim novamente, e consideravelmente, o seu património<sup>13</sup>.

A localização escolhida foi anexa a uma via principal e confrontando com espaço de judiaria .

O espaço era indubitavelmente possuidor de uma ótima exposição solar, assumindo um declive suave e dispondo de um subsolo rico em água. De tal riqueza aquífera podemos ainda hoje ter uma ideia precisa quando deparamos com um poço situado num dos claustros, mas principalmente um outro, antiquíssimo e localizado imediatamente anexo à porta lateral da igreja, que dá diretamente para a Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto)<sup>14</sup>.

A área cedida à Ordem para esta se instalar compunha-se por um conjunto de casas arruinadas que tinham pertencido a um antigo paço. O espaço disponível não seria muito amplo, considerando que alguns anos após foram adquiridas mais construções para alargamento do mosteiro<sup>15</sup>. Daqui igualmente

<sup>11</sup> Cf. ESPANCA, Túlio, *Inventário ...*, ob. cit., vol. I, p. 218.

<sup>12</sup> Cf. FIALHO, Pe. Manuel, *Évora...*, ob. cit., p. 317.

<sup>13</sup> De tal riqueza é testemunho o facto de, em 1536, já existirem pagamentos efetuados pelas religiosas para obterem o abastecimento de água a partir do aqueduto, assim como de, em 1538, ter sido lavrada escritura para se processar o entubamento da água através da Rua de Alconchel até ao mosteiro, obra que não foi concretizada. A primeira porção de água, das duas que lhe foram atribuídas, teve alvará régio datado de 1554, simultaneamente com outro autorizando o abastecimento ao importante Convento de S. Domingos. Em 1647 é-lhes autorizada a referida segunda porção de água, demonstrando a importância e dimensão do mosteiro durante o século XVII. Tornava-se notório que os poços, existentes ainda hoje, um situado na ala sudoeste do claustro pequeno (ou pátio das noviças), outro na entrada lateral da igreja, entre as paredes da fachada lateral dupla, eram insuficientes para abastecer de água a numerosa população deste cenóbio.

<sup>14</sup> Trata-se de um belíssimo poço em pedra com um diâmetro exterior muito reduzido, atendendo à especificidade da localização, e que possui água de magnífica limpidez a poucos centímetros do nível do pavimento. Para este poço corre água através de mina subterrânea que atravessa no sentido transversal a nave da igreja. Possivelmente funcionará igualmente como drenagem do subsolo, considerando a riqueza aquífera da zona em questão e os dissabores que tal humidade acarretaria para o edifício.

<sup>15</sup> Em 1485, quando da primeira fase de construção, verificaram-se grandes alterações na antiga Rua do Gaião, denotando a existência de uma área já bem definida por arruamentos. Passados nove anos, em 1494, o mosteiro adquire casas “que ficão dentro em o Convento na Rua da Carta Velha”. Tal arruamento, que em 1571 corre ao longo da portaria de Santa Clara, é designado já por Travessa da Carta Velha. Em 1513 e 1527 novamente são adquiridas casas, desta vez para a constituição da cerca monástica, que se desenvolveu para noroeste do conjunto progressivamente edificado. Em 1536 é referido “pedaço de chão que foy tavessa que estaa a entrada da Rua das

se deduz que a zona estaria já bastante construída, considerando que em ambas as situações se adquirem construções, a serem adaptadas ou demolidas, e não terreno livre onde se pudesse mais livremente implantar o complexo monástico.

No início do séc. XVI este mosteiro teria sido fundado apenas há pouco mais de meio século vendo-se dele apenas uma pequena igreja, com campanário (Fig. 6). A área da cerca deveria ser bastante reduzida pois não é visível entre o denso casario envolvente.

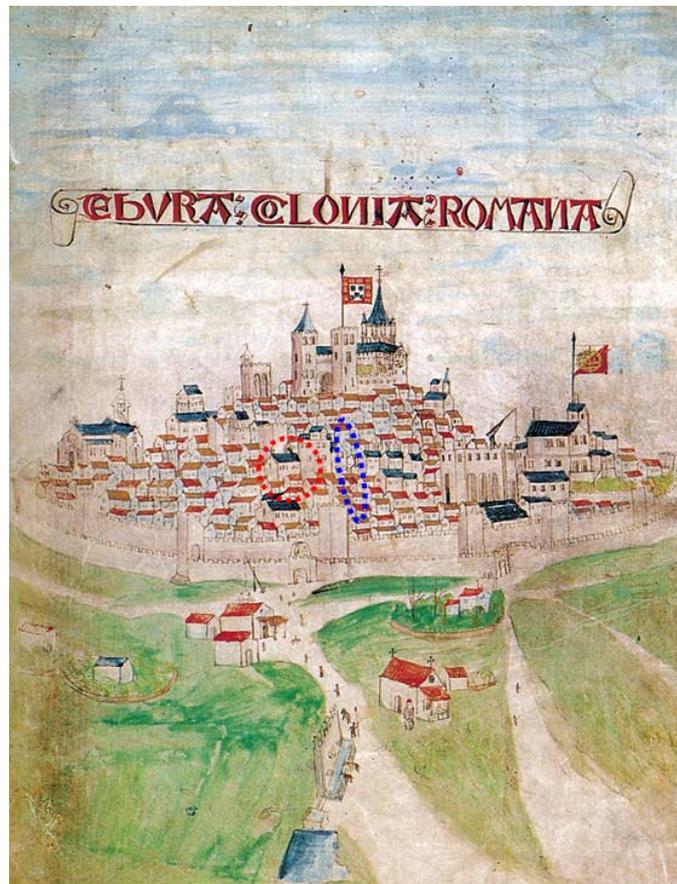


Figura 6. Évora. Évora. Vista poente da cidade. Iluminura do segundo foral da cidade datado de 1505.

À época da fundação, o local escolhido para o primeiro mosteiro feminino fundado de raiz na cidade de Évora era área em franco desenvolvimento. Na realidade, o mosteiro instalou-se em construções situadas a Norte da Rua de Alconchel, verdadeiro eixo de circulação em franco desenvolvimento a partir do século XV. Tal facto é-nos confirmado não só pelo grande número de referências em documentos a tal arruamento, a partir desse século, mas também por ter sido a Porta de Alconchel a representada em lugar de relevo quando

banhas nas costas do mosteiro de Santa Clara”. Sobre o assunto: CARVALHO, Afonso, *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I, p. 143.

da feitura da iluminura que ilustra a capa do foral manuelino da cidade.

Do lado Sul do mosteiro situar-se-ia, no ano de 1470, a Rua do Gaio<sup>16</sup>, via estruturante de toda uma zona e que desembocava para nascente, na Rua Ancha, junto ao terreiro de uma ermida de evocação de Santo António o eremita, designada à data por Ermida de Santo Antoninho (Fig. 7)<sup>17</sup>.

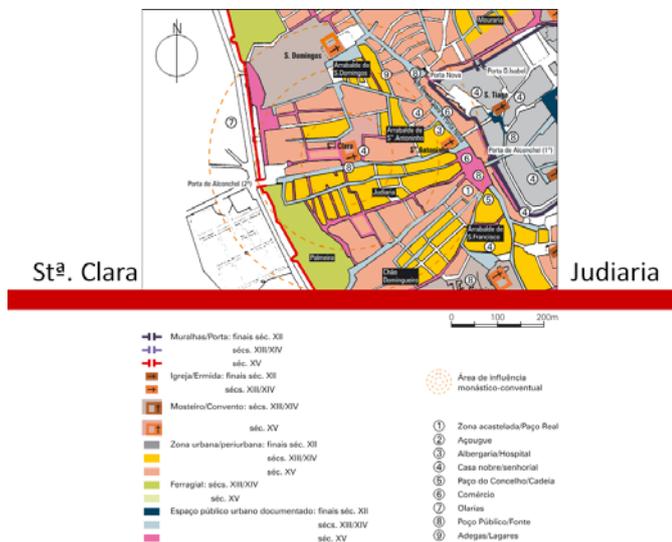


Figura 7. Évora. Mosteiro de Stª. Clara e Judiaria. Evolução urbana da envolvente.

A cidade de então era habitada por bastantes sarracenos e negros<sup>18</sup> para além dos inúmeros judeus que constituíam a comunidade residente na zona imediatamente a Sul do Mosteiro de Santa Clara. A partir de 1492 tal zona, habitada por judeus, foi substancialmente ampliada e densificada com a vinda para esta cidade de inúmeros refugiados provenientes das terras governadas pelos reis católicos de Castela<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> “...na Rua do gayo que ora he nas costas de santa crara e onde vyve Jorge de Resende...” permitindo-nos perceber que Santa Clara se situaria em 1470 entre a Rua de Alconchel e a Rua do Gaio, ambos arruamentos muito significativos no urbanismo medievo. Este Jorge de Resende poderia ser familiar de Garcia de Resende, que nasceu em Évora por volta do ano de 1470, tendo servido, como cronista, D. João II, o príncipe D. Afonso e D. Manuel I. Cf. CARVALHO, Afonso de, *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I, p. 133.

<sup>17</sup> Desta ermida resta hoje, no altar da Igreja de Santo Antão apenas belíssima lápide representando os apóstolos, e que possui como elemento central a cruz dos templários.

<sup>18</sup> Eram em número tal que mereceram referência em descrição da cidade efetuada por alguém da embaixada do monarca da Boémia, quando da visita realizada a D. João V no ano de 1466. Igualmente em 1490, quando do casamento nesta cidade do filho de D. João II, novamente se constata, por descrição, a existência na cidade de significativas comunidades de judeus e mouros com pleno direito ao exercício das suas diferenciadas culturas.

<sup>19</sup> A Inquisição em Castela foi criada através de bula papal por Sexto VI, durante o ano de 1492.

Passados apenas quatro anos, em 1496, os judeus foram também expulsos de Évora, gerando naturalmente uma situação de instabilidade e receio inequivocamente justificável<sup>20</sup>. Das três torres mirantes construídas em diferentes épocas no mosteiro, a comunidade religiosa, residente no local desde há trinta e sete anos, facilmente se apercebia da instabilidade e dos muitos episódios dramáticos, e mesmo sangrentos, que tal expulsão ocasionou na recém - convertida antiga comunidade judaica instalada tão próximo<sup>21</sup>.

A portaria desta casa monástica aberta em direção a poente posicionava-se num arruamento que fazia a ligação natural entre o convento mais antigo de S. Domingos, distanciado deste pouco mais de escassos cem metros (Figs. 8 e 9). A Rua de S. Domingos, parte da Rua da Carta Velha e Rua de Santa Clara, com um pequeno terreiro defronte à portaria, representavam a consolidação de tal percurso, que naturalmente sofreu acertos ao longo dos séculos. O caminho natural em direção ao Convento de S. Francisco, posicionado a cerca de trezentos metros, era interrompido, nos anos iniciais da fundação de Santa Clara, pela judiaria, mais ampla ou reduzida de acordo com a época política, mas sempre espaço diferenciado na malha urbana. Após a conversão forçada ao cristianismo e a abertura das portas da judiaria anteriormente cerradas, muitos foram os cristãos velhos que ocuparam as inúmeras habitações abandonadas por morte ou debandada dos seus residentes. O espírito de comunidade fechada, por imposição papal, foi substituído por uma diversidade de novos residentes, que passaram a utilizar ou alugar as casas então livres. A convivência com os “novos” cristãos que permaneceram no local não deveria ser fácil no seu contacto diário, considerando a vaga de suspeição crescente que alastrava na cidade. A antiga sinagoga e respetivas construções adjacentes situavam-se no local onde existe hoje a Pensão Portalegre, logo, espaço muito próximo do mosteiro das clarissas. Toda a zona, no início cheia de vida, terá sido reutilizada com cariz não religioso, nem cívico, de modo a eliminar todas as memórias inevitáveis para os que, convertendo-se, permaneceram na zona<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Uma demonstração do legítimo receio torna evidente na Páscoa de 1497 – Todos os judeus com idades inferiores a 14 anos é tirada aos pais e batizados. Muitos matam os próprios filhos, e suicidam-se de seguida em poços.

<sup>21</sup> Tal situação igualmente ocorreu no Mosteiro de Santa Mónica, mas aí com a comunidade muçulmana que habitava muito próximo, e igualmente expulsa no caso de não conversão ao cristianismo. Considerando a obrigatoriedade de confissão das monjas, indiretamente os habitantes da área anexa eram vigiados, para além das conversões mais ou menos sinceras.

<sup>22</sup> Tal facto não impediu que muitos destes cristãos novos mantivessem as suas crenças e práticas, embora confinadas ao sigilo protetor dos seus lares.

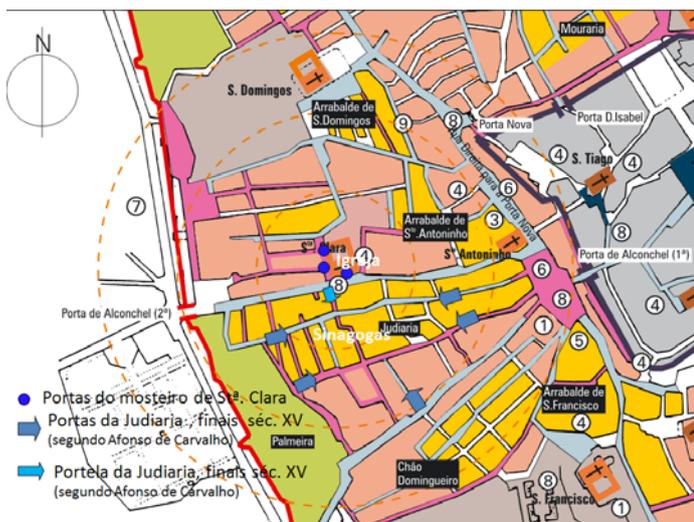


Figura 8. Évora. Mosteiro de St.ª Clara e Judiaria. Acessos.

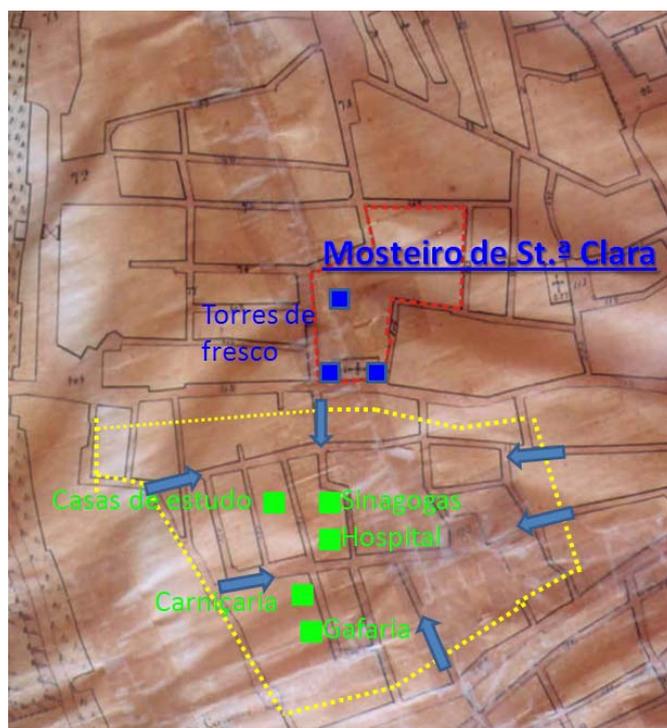


Figura 10. Évora. Sobre extrato de planta datada de 1884, proposta dos antigos limites monásticos das clarissas e da judiaria, esta segundo Afonso de Carvalho.

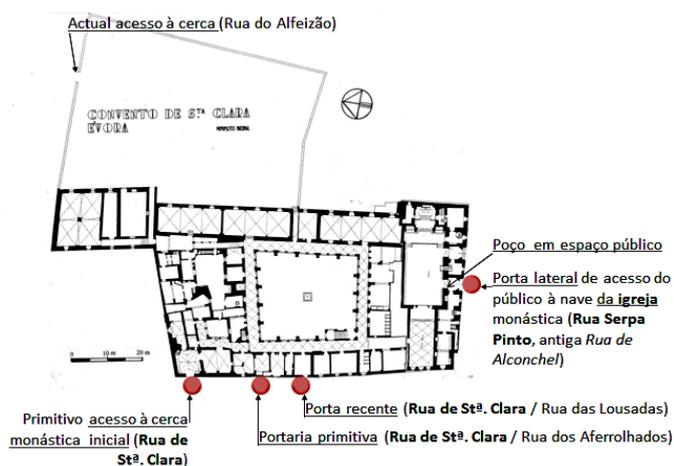


Figura 9. Mosteiro de St.ª Clara. Acessos ao conjunto monástico e vias públicas.

A extinta judiaria, situada anexa, seria igualmente bastante edificada e com poucos espaços verdes. A área estaria habitada por “cristãos novos” há nove anos (Fig. 10).

#### IV. ACESSOS AOS DOIS DIFERENTES ESPAÇOS DE GÊNESE RELIGIOSA - FINAIS SÉC. XV

Ao longo dos séculos sucessivos acessos foram abertos a partir do Mosteiro de St.ª Clara para alguns dos arruamentos circundantes (Ruas Serpa Pinto, de St.ª Clara, da Carta Velha, de Alfeizeirão, Travessas dos Beguinos e da Milheira).

Situado anexo à primitiva porta lateral da igreja existe poço que se inseria no antigo terreiro público da igreja de St.ª Clara, situado na atual Rua Serpa Pinto (antiga *Rua de Alconchel*).

Interiormente, o espaço de clausura é ainda patente através das limitadas ligações entre o interior do espaço monástico e a Igreja aberta à população e cuja entrada se situava muito perto da antiga Judiaria de Évora.

V. AS TORRES DE FRESCO DO MOSTEIRO DE SANTA CLARA E O ESPAÇO DA JUDIARIA

Situado anexo a um dos principais eixos urbanos, o mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara expandiu-se num tecido urbano muito condicionador (Fig. 11). A escassez de terrenos disponíveis está patente no volume construtivo da capela-mor a qual foi ampliada sobre um arruamento pré-existente, a Travessa da Milheira (Fig. 12).



Figura 11. Évora. Espaço urbano envolvente a St<sup>a</sup>. Clara e Judiaria.

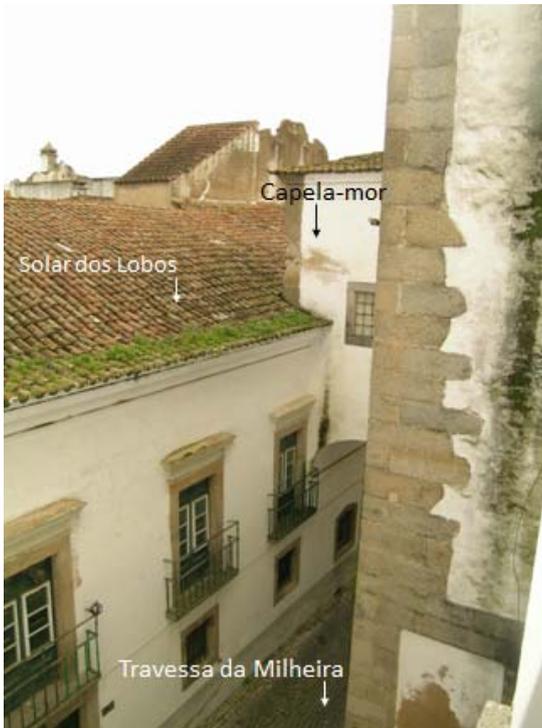


Figura 12. Évora. Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara. Via secundária.

A estreiteza desta antiga via que faz a ligação entre as Ruas Serpa Pinto e a dos Caldeireiros é notória (Fig. 13).



Figura 13. Évora. Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara. Claustro.

O amplo espaço do claustro facultava contudo às monjas um espaço de lazer e oração complementado pelas longas alas que o circundam. A construção posterior de três torres de fresco permitiu alargar o espaço de vivência das monjas (Fig. 14).



Figura 14. Évora. Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara. Torre de fresco.

A construção de tais torres foi no mosteiro de Santa Clara marcante: edificaram-se com dimensão acentuada permitindo serem utilizadas por um número considerável de religiosas, mas também aproveitando as estruturas da construção

existente e tirando proveito da parca frente de construção relativa à atual Rua Serpa Pinto<sup>23</sup>.

As pinturas executadas por essas monjas, e ainda visíveis em algumas das suas paredes, demonstram a utilização regular desses espaços.

De todas elas abarca-se uma visão notável sobre a área urbana envolvente, nomeadamente sobre a antiga Judiaria e restantes casas religiosas da cidade (Fig. 15).



Figura 15. Évora. Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara e Judiaria. Ocupação do espaço envolvente.

As instalações públicas inerentes à cultura judaica terão persistido no espaço urbano anexo ao mosteiro, embora camufladas, após a forçada conversão ao cristianismo de muitos dos judeus aí residentes.

## VI. PROJETOS E ATUALIDADE

O ante-plano de urbanização de Évora propôs no ano de 1945 para a Judiaria o reforço do seu eixo longitudinal com alargamento do perfil transversal, implementação de espaços comerciais e criação de um novo eixo transversa situado a Este. A construção de um mercado no espaço livre designado por Palmeira foi igualmente solução preconizada para a área interior envolvente à muralha medieva (Fig. 11).

Contudo de tais propostas restaram que as Ruas da Moeda, e em período posterior, a dos Mercadores que constituíram dois eixos longitudinais da judiaria estruturam-na ainda até à presente data. As Ruas Serpa Pinto e posteriormente do Raimundo que formaram os seus limites laterais condicionando-a no alargamento mantem-se com muitas das

<sup>23</sup> Em fase mais tardia, a construção de duas torres mirantes, uma situada a poente, e sobre a igreja, outra em forma de L, situada a Norte do claustro, permitiam às “reclusas” aproveitar as mais leves brisas em dias de maior estio<sup>23</sup>. A sua posição igualmente lhes facultaria um contacto visual assombrosamente próximo dos conventos mais antigos de São Francisco e São Domingos e, já posteriormente, dos Mosteiros de Santa Catarina, Mercês e Convento da Graça. Outra vista a partir das referidas torres é a da Porta de Alconchel e respetiva via de acesso, tanto interior como da área exterior envolvente à muralha.

travessas anteriormente cegas, hoje já a ligar a estas importantes vias.

## VII. CONCLUSÕES

O mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado.

Foi fundado por iniciativa da Igreja em local imediatamente anexo ao da judiaria.

A construção posterior, no mosteiro, de três torres de fresco permitiu uma grande proximidade visual das monjas relativamente ao meio urbano envolvente, nomeadamente à Judiaria, à data já habitada por cristãos novos.

A curiosidade feminina, porventura aguçada em situação de clausura prolongada, terá contribuído para um conhecimento de proximidade da comunidade de cristãos novos aí residente.

A obrigatoriedade das monjas se confessarem regularmente terá certamente posto em causa pontualmente a segurança de alguns cristãos novos pouco convictos da recém-adotada religião.

Assim se a localização escolhida foi isenta de alguma intenção de preponderância sobre a comunidade judaica desconhece-se, contudo tem cabimento afirmar-se que na prática tal interferência terá existido embora mesmo que involuntariamente (Fig. 16).



Figura 16. Évora. Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara e Judiaria. Área envolvente.

